

EDUCOMUNICAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: FERRAMENTAS EM AMBIENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Samuel Campos dos Santos

Orientação: Profa. Me. Marinice Natal Justino e Profa. Me. Stella Alves Rocha da Silva

RESUMO

O papel da Segurança Pública em garantir a segurança dos indivíduos que compõem uma sociedade é eficaz quando direcionado a uma complexa rede de agentes estratégicos para o combate da criminalidade e violência, esse eixo multidisciplinar do Estado e Sociedade civil, atua em áreas para além da militarização, como na saúde, lazer, cultura, moradia, inclusão social, etc. No tocante a educação é objeto de estudo em diversos campos da ciência, e na conjuntura atual é discutido amplamente em diferentes estratos sociais. A presente pesquisa nos leva a entender pela perspectiva da educomunicação, uma tecnologia emergente desde a última década, a viabilidade e necessidade de ensino de conceitos de segurança pública para indivíduos em situação de vulnerabilidade social atendidos em equipamentos de assistência social municipais utilizando ferramentas da educomunicação. Essa variável foi calculada de modo exploratório, por meio de revisões pertinentes acerca de informações disponibilizadas por órgãos de segurança pública, coleta de dados em campo, questionários aplicados virtualmente, revisão teórica da literatura relacionada e estudo de casos para uma compreensão integral da problemática. A correlação entre queixas e oportunidades de ensino é o resultado que revela a oportunidade onde a educomunicação pode agir ao levar práticas cidadãs, colaborando para a formação de um indivíduo mais autônomo na sociedade diante de questões que são inerentes ao seu papel democrático.

Palavras-chave: Segurança; Cidadania; Educomunicação; Tecnologia; Educação.

1. EDUCOMUNICAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

A Educomunicação como área do conhecimento visa, além de outros aspectos, o nivelamento de práticas e comportamentos tecnológicos acometidos pela revolução digital. Nesse contexto, educar sobre segurança pública por meio da educomunicação representa uma estratégia fundamental para o fortalecimento da cidadania, especialmente em um cenário marcado por desigualdades sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais, como é o caso do Brasil.

As novas tecnologias disponíveis para a sociedade trazem benefícios os quais poderiam ser inimagináveis há anos quando o conhecimento estruturado percorria um longo e lento caminho entre a academia e a prática cotidiana.

Diante disso, a pesquisa realizada visa explorar possíveis soluções para essa questão: como a educomunicação pode contribuir para a segurança pública em locais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social?

A proposta é como o desenvolvimento de uma plataforma digital convidativa e acessível aos indivíduos interessados, que possa levar orientações sobre alguns conceitos básicos sobre segurança pública, pode levar ao melhor usufruto da cidadania. Sabendo-se que grande parte do debate acerca da segurança pública, seja na esfera municipal, estadual ou federal, se dá dentro de órgãos relacionados no artigo 144º ou dirigido por agentes de segurança pública, o tema encontra grande

resistência em se tornar acessível à população mais carente de instrução educacional, muitas vezes, por ser abordado em uma linguagem formal, pela ampla utilização de termos jurídicos ou também pelo fato de que policiais ou agentes públicos ocasionam, por vezes, desconfiança na população, seja por sentimento de deslegitimação da autoridade ou hostilidade institucional, resumindo, uma antipatia em relação à autoridade. Essa é a variável a ser analisada de modo exploratório, para identificar modelagens aplicáveis, práticas tecnológicas emancipatórias e dentro dos ambientes de assistência social, estimular o desenvolvimento da mediação de conhecimento eficaz, utilizando a educomunicação como ferramenta cada vez mais presente no cotidiano social.

O acesso à informação qualificada e à educação midiática pode contribuir significativamente para a conscientização cidadã e para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

Nesse contexto, a educomunicação surge como uma abordagem estratégica, unindo práticas pedagógicas e comunicacionais para potencializar a participação social e o acesso ao conhecimento. Ao integrar essa perspectiva à segurança pública, torna-se possível desenvolver ações que incentivem o protagonismo dos indivíduos e a prevenção da violência, promovendo um ambiente mais seguro e informado para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa tem intenção de aplicar a educomunicação como uma ferramenta

eficaz para ampliar a disseminação de informações sobre segurança pública. Para isso, será desenvolvida uma plataforma digital acessível e convidativa, que funcione como um espaço de aprendizado e orientação sobre conceitos básicos de segurança, direitos e deveres, fortalecendo o senso de cidadania. e garantindo uma abordagem moderna para aumentar o engajamento cívico e melhorar a percepção pública sobre a segurança no Brasil.

De acordo com a pesquisa do IPEA [1], o monopólio do saber jurídico acerca da segurança pública contribui para o empobrecimento do debate e desconhecimento da realidade atual do tema na sociedade brasileira.

A educomunicação surge como uma ferramenta acessível e envolvente para corrigir essa lacuna de conhecimento. A interatividade do formato facilita a assimilação de informações e pode contribuir para a conscientização sobre os direitos e deveres dos cidadãos e os mecanismos de fiscalização e controle da segurança pública. Iniciativas como essa são fundamentais para melhorar a relação entre a população e as instituições responsáveis pela segurança, como demonstram os dados do DATAFOLHA [2], mostrando que 51% da população se sente mais desconfiada do que segura em relação à polícia.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir para um debate sobre o papel da educomunicação na construção de soluções inovadoras para a segurança pública, evidenciando como o uso de tecnologias pode

ser um aliado na redução das desigualdades e na promoção de uma sociedade mais informada, crítica e ativa na busca por seus direitos.

A segurança pública é uma preocupação mundial que se torna cada vez mais evidente com o nível de militarização urbana ascendente nas sociedades atuais, o tema é objeto de estudo em diversas áreas do serviço público, visto a complexidade dos fatores envolvidos na garantia do estado de segurança dos cidadãos. Trabalhos como PROERD que trazem à luz a eficácia de um programa educacional ligado à segurança pública como um remédio no combate à inserção do indivíduo no mundo criminoso por meio da prevenção, fazem com que o tema explorado nesta pesquisa seja bem-vindo ao debate científico. Segundo os autores, o papel do Estado é garantir que a segurança pública esteja cada vez mais presente em todo o território. Uma vez consolidada essa presença, deve-se assegurar que a segurança seja eficaz em sua principal missão: a prevenção [3].

Ao serem implementados recursos no contexto escolar, em vez do contexto ostensivo, o programa fortalece a transformação cidadã. Ele fornece aos jovens – seu principal público-alvo – informações que os ajudam a tomar decisões mais conscientes sobre suas escolhas no contexto político-social que estão inseridos.

A desigualdade jurídica entre os cidadãos brasileiros torna-se ainda mais evidente no fato de que nossa legislação processual penal garantia prisão provisória especial

aos ‘doutores’ – os diplomados por qualquer faculdade superior da República –, enquanto os demais cidadãos, quando presos, fossem provisoriamente ou não, eram submetidos a um regime comum, frequentemente associado a condições degradantes. Essa prerrogativa de prisão especial, conforme disposto no artigo 295 do Código de Processo Penal – Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva: [...] os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República – foi revogada pelo STF somente em junho de 2023 [4].

Entretanto, a desigualdade no acesso à informação e aos direitos ainda persiste. Podemos dizer que fundamentalmente a norma penal é aplicável a todos num princípio impessoal, e seu objetivo é promover a defesa de bens jurídicos sejam eles individuais ou coletivos. Como um cidadão pode efetivamente defender e zelar pelos seus bens jurídicos, sem saber quais os são? Como estar com a razão sem a conhecer? Assim a educação se destaca no contexto, como uma medida essencial para equilibrar a parte ‘despenalizadora’ do Estado em nossa política criminal, elucidando a conduta do indivíduo frente às tipificadas em lei. Nesse contexto, que não é exclusivo da realidade brasileira, como e em quais espaços os brasileiros têm a oportunidade de se informar acerca de seus direitos e deveres básicos relacionados às práticas penais e não penais, nos quais podem tomar conhecimento do processo de definição da conduta desviada [5] para que

possa efetivamente se dispor dentro dos limites da lei? É refletindo sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. A adaptação tecnológica escolar básica, gratuita, oferecida aos brasileiros ainda caminha muito atrás frente aos avanços da comunicação social, grandes empresas da área da comunicação dominam o mercado de difusão de conhecimento e conteúdo destinado a 212 milhões de pessoas. Ressaltam as jornalistas, especializadas na área, Flávia Zanforlim e Giovana Gulin [6] que

não foi à toa que ela surgiu nesse momento, pois, a Educomunicação pode ser o caminho para a criação de um novo modelo educacional, mais aberto, crítico, inclusivo, e acima de tudo mais humano, que inclusive propicia o uso crítico dos meios e permite receber os benefícios advindos da tecnologia da comunicação [6].

Evolução, assim poderíamos resumir o uso da tecnologia nas comunicações humanas e fundamentado nesses preceitos teóricos, o seguinte estudo realiza um estudo prático, com metodologias adequadas, para definir parâmetros e pontos de partida para pesquisas e desenvolvimento do segmento.

2.1. Educomunicação e Cidadania

Educomunicação é um campo interdisciplinar formada por ecossistemas educacionais e comunicativos que interagem promovendo o diálogo, o pensamento crítico,

a participação ativa, por meio de tecnologias e práticas colaborativas que ocorrem nessa rede de ecossistemas [7].

Ao colocarmos sobre o ponto de vista a realidade encontrada durante a pesquisa nos ambientes de assistência social, vemos ecossistemas educacionais e comunicativos funcionando distantes e desconectados da segurança pública, em uma relação fria entre informativos estatísticos em contraste com a baixa capacidade de análise da população, relação essa entre Estado e Sociedade, questão que põe a prática educacional voltada para a S.P. uma necessidade de desenvolvimento e debate cada vez mais emergente, a ampliação desse processo, de modo estruturado e procurando eficácia no desempenho da cidadania, encontra em ambientes tecnológicos potenciais essenciais de oferta e demanda.

A acessibilidade de informação, e mais do que isso, a qualidade na formação do indivíduo é um aspecto que exige ações universalizantes, tanto quanto devem ser específicas para atender vulnerabilidades do sistema social [8]. A implementação também encontra reforço no trabalho de Freire que explicita o papel intervencionista da educação no ambiente de desenvolvimento humano [9]. É nosso papel observar, avaliar, escolher, decidir e é também papel da própria sociedade subsidiar-se de meios para compreensão dos fenômenos sociais, pois estes são fatores influenciadores de sua identidade política e cultural assim, inerentes ao processo de bem-estar social desejado pelos indivíduos.

O papel da educação sempre foi claro em oferecer caminhos para o desenvolvimento, a comunicação como intersecção desses caminhos para Fantin [10] alia-se a tecnologias digitais e coloca-se como um objeto transformador vertente na aplicação e transformação da aprendizagem, sejam por alterações culturais e também didáticas durante o processo. A busca por uma cidadania mais ativa emerge com cenários e terrenos férteis para ampliação, mas esbarra em obstáculos que ainda traduzem a falta de acesso a direitos a grande parte da população nacional.

2.2 Educação e Segurança

A segurança pública envolve o bem-estar coletivo, suas práticas políticas utilizam recursos do estado para fortalecer o direito de segurança e proteção que são fundamentais para o convívio, onde a comunicação exerce um papel essencial na prevenção da violência, dos delitos e infrações.

Utilizam-se ferramentas que informam, educam e sensibilizam sobre temas relevantes à segurança do cidadão. Visto que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos, de acordo com o artigo 144 da CF, a participação da sociedade civil na formulação e em discussões em espaços deliberativos, é diretamente influenciada pela capacidade técnica-teórico-prática, por parte da sociedade acerca de conhecimentos relevantes ao tema.

No tocante a segurança pública, temas como comportamentos, competências,

direitos, legislação, contexto histórico, participação social, e outros.

Quando a educomunicação busca resposta a demandas sociais atuais, promove uma conexão do atendido objeto da ação educadora, a uma formação crítica e ativa sobre o seu contexto político-social. Com a intersecção dada na área da segurança se apresenta um grande potencial para promover o protagonismo social desencadeado pela capacitação desses indivíduos e comunidades.

O documento Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos cita entre seus objetivos

propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros) [11].

A prática de realizar o fortalecimento da cidadania por meio da educação já alcança a área da segurança pública no tocante a formação profissional, o aspecto que se deve ter em conta são as ações práticas educativas que garantirão o acesso da sociedade civil na participação social ativa.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada de natureza aplicada, com finalidade prática de proposição de soluções para a realidade social encontrada

no campo da segurança pública, onde adotou-se uma abordagem metodológica mista, que combinou procedimentos quantitativos e qualitativos, o que permitiu uma análise inicial significativa articulando os dados mensuráveis. O foco da investigação foi compreender a aplicabilidade da educomunicação na difusão de conhecimentos sobre direitos civis fundamentais e segurança pública entre populações em situação de vulnerabilidade social atendidas nos CRAS.

O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de mapear e compreender uma problemática ainda pouco estudada de forma integrada — a articulação entre educomunicação e segurança pública em ambientes de acolhimento a pessoas com vulnerabilidade social — identificando padrões, desafios e oportunidades [12].

A vertente descritiva foi empregada para detalhar práticas, percepções e estratégias existentes, possibilitando um retrato mais aprofundado sobre a realidade investigada no município de Taubaté-SP, onde ocorreu o levantamento dos dados.

Inicialmente realizou-se uma ação de campo para levantar informações junto a um número determinado de funcionários, focando em temas pertinentes aos fluxos de atendimentos, relato de queixas sobre questões de segurança, o nível de profundidade das discussões sobre o tema, e a demanda social por serviços públicos oferecidos nesse contexto. A coleta de dados feita por meio de um questionário composto por 6 perguntas (duas abertas e quatro fechadas), visando

levantar informações sobre a idade e função do entrevistado, a frequência com que escuta queixas sobre segurança no ambiente de assistência social, a frequência de discussões sobre segurança pública oferecidas, além de avaliar a quantidade de atendimentos diários, para medir o alcance do público-alvo deste estudo.

A escolha do questionário se justifica pela sua agilidade e padronização, permitindo a coleta de dados quantitativos relevantes de forma prática e acessível [13].

A pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos, garantindo o consentimento informado dos participantes e a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com as diretrizes acadêmicas e regulatórias. Esta organização metodológica assegura uma investigação estruturada e fundamentada, promovendo a validação dos resultados e a aplicabilidade das soluções propostas. Todos os procedimentos serão submetidos, quando necessário, à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, assegurando a conformidade com os padrões éticos da pesquisa científica.

4. COLETA DE DADOS

A investigação teve como objetivo a coleta de dados por meio da aplicação de questionários a profissionais atuantes nas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Ao todo, foram obtidas 28 respostas válidas, representando um recorte significativo do universo estimado de 60 a 80 trabalhadores da rede.

Ressalta-se que o CRAS São Gonçalo não pôde ser incluído na etapa de campo devido às reformas estruturais em andamento durante o período da pesquisa. O início da aplicação ocorreu a partir de visita à Secretaria de Inclusão Social, responsável pelos aparelhos sociais do município, com o objetivo de informar sobre a realização da pesquisa e garantir a liberação dos gestores.

Assim sendo, foi protocolado um termo em plataforma online aberta à população para divulgação do questionário. Após certo período, observou-se que o número de respostas ao questionário seguia em ritmo baixo, sendo que todas as respostas registradas provinham das equipes técnicas dos equipamentos, mostrando falta de acesso a funcionários braçais, escriturários, monitores de oficinas etc. Diante dessa constatação, foi implementada uma estratégia de visitas presenciais aos locais, com o intuito de promover diálogo e explicar o objetivo da coleta. O número de questionários respondidos aumentou gradativamente à medida que as visitas foram realizadas.

Foram identificadas algumas dificuldades, como a baixa disponibilidade de determinados coordenadores para dialogar com a equipe e certas resistências em responder ao questionário (de participação voluntária). Em um dos CRAS, por exemplo, uma profissional relatou que não se sentia confortável ao responder sobre a frequência de queixas relativas à segurança, uma vez que não havia controle quantitativo que assegurasse respaldo à sua resposta.

Houve poucas recusas, sendo as principais justificadas por funcionários que afirmaram não ter o hábito de responder a pesquisas. Alguns locais precisaram ser visitados mais de uma vez, com o objetivo de enriquecer o conteúdo da pesquisa por meio da obtenção do maior número possível de respostas.

Durante as visitas de campo, foram colhidos relatos de funcionários a respeito da falta de difusão de conhecimentos da

área específica sobre segurança pública, de problemas estruturais e de entraves burocráticos nos equipamentos públicos.

Os resultados apresentados a seguir revelam importantes indícios sobre os desafios, práticas e percepções relacionadas à segurança pública nos contextos atendidos pela assistência social, oferecendo subsídios relevantes para futuras ações intersetoriais.

5. RESULTADOS

Principais entendimentos – Perfis dos Respondentes:

- **Idade:** Predomínio de profissionais entre 30 e 50 anos (76% dos casos), indicando experiência consolidada.

Qual a sua idade?

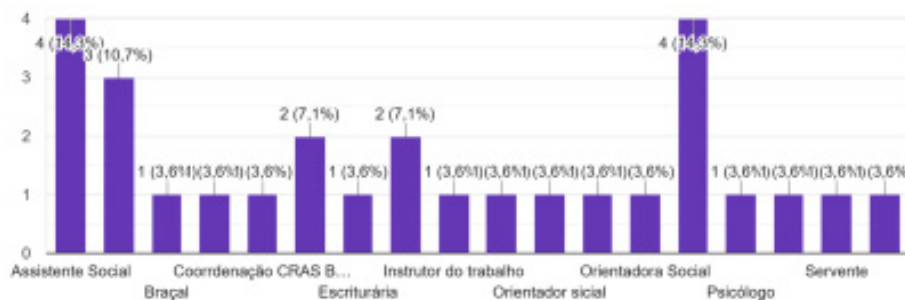
28 respostas



- **Funções:** As principais funções destacadas na coleta de dados são os Assistentes Sociais (28%), educadores sociais (17%), e psicólogos (17%), o que credibiliza o atendimento e a assistência prestadas aos indivíduos atendidos.

Qual a sua função?

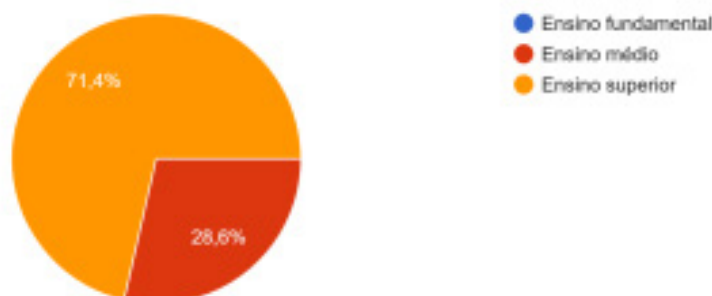
28 respostas



- **Formação:** 71% possuem ensino superior, reforçando a qualificação da equipe.

Qual a sua formação?

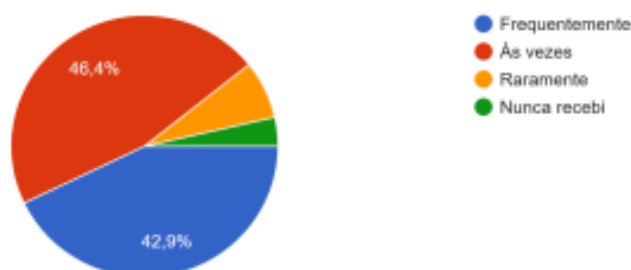
28 respostas



- **Queixas sobre Segurança Pública, frequência:** O indicador sugere que as queixas sobre segurança pública são recorrentes nos aparelhos, sendo que grande parte das respostas indica que há existência de relatos. Cerca de 88% confirmam a presença de reclamações, e apenas aproximadamente 12% das respostas indica que há pouca ou nenhuma reclamação.

Com que frequência você recebe queixas, no CRAS, sobre problemas com segurança?

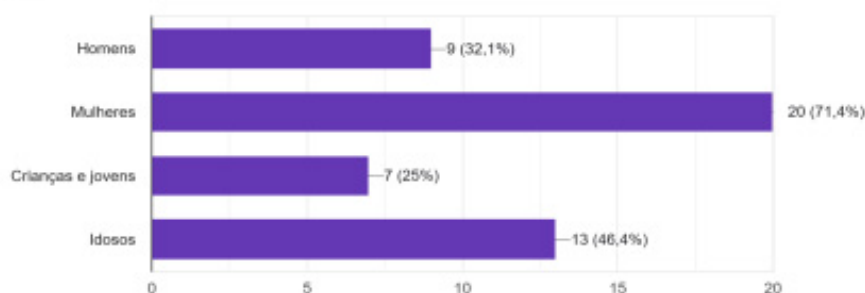
28 respostas



- **Grupos mais vulneráveis:** O grupo social mais envolvido nesses relatos de queixa sobre segurança envolvem mulheres, seguido por idosos, que são os perfis em geral atendidos com maior frequência por programas sociais disponíveis no CRAS. E demonstra o quão esses grupos estão expostos a vulnerabilidades sociais.

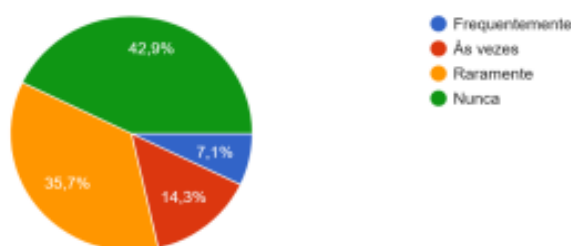
Quando recebe, essas queixas estão relacionadas a quais grupos?

28 respostas



- **Lacunas na Educomunicação, oferta de ações educativas:** Quando a pergunta é sobre a frequência no ensino de temas sobre segurança, a pesquisa chega ao ponto crucial de entendimento, aproximadamente 78% das respostas indicam que a disponibilidade no ensino é escassa, em compensação as respostas que indicam que há oportunidades giram em torno de 20%, sendo 14% classificando a ocorrência em “Às vezes” e apenas 2 votos, em “Frequentemente”.

Com que frequência são ofertadas oportunidades de ensino sobre segurança pública no CRAS?
28 respostas



6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como propósito analisar, de forma exploratória e descritiva, como a educomunicação pode contribuir para o fortalecimento da segurança pública em ambientes de assistência social. Partindo da hipótese de que práticas educacionais têm potencial de ampliar o acesso à informação, estimular o protagonismo cidadão e promover a cultura de paz, foram desenvolvidas ações que integraram revisão bibliográfica, coleta de dados em campo e proposta de solução prática por meio de uma plataforma digital interativa.

Os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários a profissionais do CRAS no município de Taubaté/SP evidenciam, de maneira significativa, a presença de demandas ligadas à segurança pública no cotidiano desses espaços. A maioria dos participantes relatou presenciar queixas

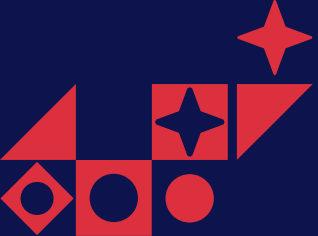
recorrentes sobre situações de insegurança, especialmente envolvendo grupos vulneráveis como mulheres e idosos. No entanto, foi igualmente constatada uma escassez de ações formativas voltadas ao tema da segurança, o que reforça a necessidade de iniciativas que integrem informação, diálogo e educação crítica nesses ambientes.

A análise dos dados também revelou a predominância de profissionais com formação superior nas unidades de assistência, o que indica uma base qualificada para a implementação de estratégias educacionais. Ainda assim, obstáculos como a ausência de registros sistemáticos sobre segurança e os limites estruturais que dificultam a introdução de novas práticas.

Diante desse cenário, a proposta de desenvolvimento de uma plataforma digital educativa — ancorada na interatividade — surge como um instrumento viável para

aproximar o tema da segurança pública da população atendida, de forma acessível, engajadora e formativa. Tal proposta dialoga com experiências internacionais e nacionais exitosas que articulam mídia, educação e cidadania, e está em consonância com os princípios da educomunicação.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre educomunicação e segurança pública representa um campo promissor para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. A adoção de metodologias participativas, tecnológicas e inclusivas pode favorecer uma nova cultura de informação, prevenção e corresponsabilidade social. Recomenda-se, para estudos futuros, o aprofundamento qualitativo das percepções de usuários e gestores, bem como a criação da plataforma proposta nesta e em outras regiões e contextos, visando à consolidação de políticas públicas integradas e eficazes.



Referências

- [1] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2019 [Internet]. Brasília: IPEA; FBSP; 2019 [citado 2025 jul 15]. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/5ee1c5ed-aabb-432e-9c28-dd7a7db4448b/content>
- [2] Datafolha. 51% têm mais medo do que confiança na polícia. Datafolha – Opinião e sociedade [Internet]. São Paulo; 2025 jan 6 [citado 2025 jul 15]. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opinioao-e-sociedade/2025/01/51-tem-mais-medo-do-que-confianca-na-policia.shtml>
- [3] Lana JF, Nascimento JCP. PROERD: um instrumento de prevenção à violência em Minas Gerais – Brasil. O Alferes. 2020;30(77):146-62.
- [4] Supremo Tribunal Federal (Brasil). Arguição de descumprimento de preceito fundamental 334/DF [Internet]. Brasília: STF; [citado 2025 jul 15]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4728410>
- [5] Andrade VRP. Controle penal e violência: estudos criminológicos. Florianópolis: Fundação Boiteux; 2001.
- [6] Zanforlim F, Gulin G. Formação em Educomunicação: a cultura educ comunicativa em evidência [Internet]. [citado 2025 jul 15]. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/view/1/1/43-1>
- [7] Soares IO. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas; 2011 [citado 2025 ago 12].
- [8] Caldart RS. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Caldart RS, organizadora. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: MDA; 2011.
- [9] Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2008.
- [10] Fantin M. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. Educ Form [Internet]. 2017 set 1 [citado 2025 jul 15];2(3):xx-xx. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/161>
- [11] Brasil. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos [Internet]. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos; [citado 2025 jul 15]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>
- [12] Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas; 2002.
- [13] Marconi MA, Lakatos EM. Fundamentos de metodologia científica [Internet]. 8. ed. São Paulo: Atlas; 2017 [citado 2025 jul 15]. Disponível em: https://ia600709.us.archive.org/26/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-www.meulivro.biz.pdf